Instituto da Água

Despacho n.º 17 720/2006

Por despacho do presidente do Instituto da Água, de 1 de Agosto de 2006, foi a Maria Susana Semião Neto, técnica superior principal, da carreira técnica superior, do quadro de pessoal da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o regresso a este quadro, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 29 de Agosto.

7 de Agosto de 2006. — Pelo Presidente, a Vice-Presidente, *Luís Branco*.

Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado

Deliberação n.º 1149/2006

Por deliberações do conselho directivo de 26 de Julho e de 16 de Agosto de 2006, respectivamente:

Foram Paula Alexandra Simões Maciel, Maria de Fátima Sampaio Pereira Teixeira e Maria de Fátima da Cunha Pinto Dias nomeadas definitivamente, precedendo concurso, assistentes administrativas especialistas, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da DGHN.

Foram Isabel Maria Dias Martins e Bruno Alexandre da Conceição Fróis nomeados definitivamente, precedendo concurso, assistentes administrativos especialistas, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal da DGHL.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Agosto de 2006. — O Chefe de Divisão, *Edi Vieira Gomes*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO

Despacho n.º 17 721/2006

A empresa do Grupo Enersis — Parque Eólico de Trevim, L.^{da}, pretende promover a construção de um parque eólico designado por parque eólico da Lousã, abrangendo as freguesias de Lousã e Vilarinho, do concelho da Lousã, utilizando para o efeito 6696 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional, por força da delimitação constante da Portaria n.º 249/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 53, de 4 de Março de 1993.

Este projecto prevê a implantação de 18 aerogeradores, com uma potência unitária de 2 MW, postos de transformação (inseridos em cada uma das torres), redes de cabos subterrâneos de condução de electricidade e controlo, edifício de subestação e sala de controlo, ligação à Rede Eléctrica Nacional e vias de serviço.

O projecto integra-se na política nacional e comunitária de apoio à produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis, e visa a produção de energia até uma potência instalada de 36 MW, permitindo uma produção média anual de 80 GWh de energia limpa.

Considerando os objectivos nacionais de incentivo à valorização de energias renováveis e as metas assumidas com a União Europeia para o período até 2010, neste âmbito;

Considerando que o projecto foi objecto de estudo de impacte ambiental;

Considerando a declaração de impacte ambiental favorável, condicionada ao cumprimento das medidas de minimização e programas de monitorização propostos no estudo de impacte ambiental e no parecer da comissão de avaliação;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, condicionado ao cumprimento das medidas de minimização anexas à declaração de impacte ambiental;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal da Lousã, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 37/93, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 103, de 4 de Maio de 1993, não obsta à concretização da obra;

Assim, desde que cumpridas as medidas anteriormente referidas, e considerando estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como REN:

Determina-se que, no exercício das competências que me foram delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território

e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, e nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, seja reconhecido o interesse público da construção do parque eólico da Lousã, abrangendo as freguesias de Lousã e Vilarinho, do concelho da Lousã, com os condicionamentos supra-referidos, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de a interessada repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

7 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 17 722/2006

A empresa ENERNOVA — Novas Energias, S. A., pretende implementar o Parque Eólico de Testos, nas freguesias de Lazarim, no concelho de Lamego, de Várzea da Serra, no concelho de Tarouca, e de Monteiros e do Mezio, no concelho de Castro Daire, utilizando para o efeito 11 604 m² de terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Lamego, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/99, de 11 de Agosto, e do concelho de Tarouca, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/95, de 2 de Novembro.

Este projecto prevê a implantação de nove aerogeradores de 1800 kW, correspondendo à instalação de uma potência total de 16,2 MW e a uma produção média anual estimada em 36 GWh, fundações, plataformas de montagem dos aerogeradores, postos de transformação, valas de cabos, edifício de comando/subestação e linha de ligação à rede eléctrica pública.

O projecto integra-se na política nacional e comunitária de apoio à produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis.

Considerando os objectivos nacionais de incentivo à valorização de energias renováveis e as metas assumidas com a União Europeia para o período até 2010, neste âmbito;

Considerando que a área de implantação deste parque está incluída em áreas sensíveis, encontrando-se parcialmente dentro dos limites do sítio da Rede Natura 2000 — Serra de Montemuro;

Considerando o parecer favorável do Instituto da Conservação da Natureza que incidiu sobre o estudo de incidências ambientais, condicionado ao cumprimento das respectivas medidas de mitigação;

Considerando o parecer favorável da Direcção-Geral dos Recursos Florestais condicionado ao cumprimento das medidas nele previstas, nomeadamente medidas de prevenção e minimização de impactes negativos;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte condicionado ao cumprimento das seguintes medidas de minimização:

Utilizar a máxima extensão possível do acesso existente na cumeada, minimizando a abertura de novos acessos, de forma a reduzir a área de intervenção;

Situar os aerogeradores próximo dos caminhos de acesso para que estes sirvam como plataformas de montagem, construindo a menor área possível de plataformas;

Reutilizar os inertes resultantes das escavações na própria obra, de forma a minimizar o volume de inertes sobrantes;

Guardar a terra vegetal a remover dos locais de obra para a recuperação paisagística a efectuar no fim dos trabalhos;

Definir a localização dos aerogeradores tendo em conta a topografia do terreno, seleccionando para a sua localização as zonas planas ou fracamente declivosas, com o objectivo de minorar os riscos de erosão;

Prever sistemas de drenagem das águas pluviais em todas as fases do projecto e elementos da obra de forma a evitar a erosão hídrica do solo e tanto quanto possível efectuar as obras de maior envergadura no período seco do ano;

Executar todas as operações de reparação de veículos e maquinaria afecta à obra em estações de serviço e não no local da obra, para evitar derrames acidentais;

Instalar contentores para resíduos sólidos no estaleiro para que não haja contaminação dos solos;

Fiscalizar *in loco* o cumprimento das normas ambientais por parte dos empreiteiros e trabalhadores da obra;

Proceder, após a desactivação do estaleiro e estruturas associadas, à descompactação do solo e recuperação da vegetação nos locais do estaleiro, depósito de inertes e outros intervencionados em que tal se justifique;

Respeitar a integridade das condicionantes biofísicas;

Utilizar os acessos existentes sempre que possível;

Os acessos a construir devem adaptar-se à topografia do local de forma a minimizar os movimentos de terra;

Devem ser utilizados acessos e plataformas de montagem não revestidos para prevenir a impermeabilização do solo;

Os aerogeradores devem situar-se o mais próximo possível dos actuais acessos de forma a minimizar a utilização de terrenos classificados como Reserva Ecológica Nacional e a destruição do coberto vegetal;

A subestação deve situar-se numa zona plana junto ao acesso principal e ter uma boa integração paisagística;

Os taludes de escavação/aterros, considerados na construção/reabilitação dos acessos, deverão ser estruturados em forma de pescoço de cavalo, com pendentes não superiores a 1 V:2 H;

A área afectada pela plataforma e fundação de cada aerogerador deverá ser a mínima possível;

Deverá ser criado um local adequado para o armazenamento de combustíveis, óleos ou outras substâncias susceptíveis de contaminar o solo ou a água; este espaço deverá ser impermeabilizado e coberto, devendo conter um dispositivo para a recolha de eventuais derrames;

Deverão ser mantidos os registos dos planos de monitorização; Deverá ser constituído um plano de gestão de resíduos, contemplando a sua recolha selectiva, armazenamento temporário e expedição para destinatário autorizado, devendo ser mantido o seu registo documentado;

Considerando que a disciplina constante dos Regulamentos dos Planos Directores Municipais de Lamego, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 46/94, de 23 de Junho, de Tarouca, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/95, de 23 de Fevereiro, e de Castro Daire, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/94, de 7 de Novembro, com as alterações ratificadas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2000, de 23 de Março, não obsta à realização da obra;

Assim, desde que cumpridas as medidas anteriormente discriminadas, bem como as decorrentes dos citados pareceres do Instituto da Conservação da Natureza e da Direcção-Geral dos Recursos Florestais, considera-se estarem reunidas as condições para o reconhecimento do interesse público e consequente autorização de utilização dos solos classificados como Reserva Ecológica Nacional:

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e tendo presente a delegação de competências do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional ao Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, prevista no despacho n.º 16 162/2005, de 5 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, é reconhecido o interesse público da implementação do Parque Eólico de Testos, nas freguesias de Lazarim, no concelho de Lamego, de Várzea da Serra, no concelho de Tarouca, e de Monteiras e do Mezio, no concelho de Castro Daire, com os condicionamentos supra-referidos, o que a não acontecer determina a obrigatoriedade de a interessada repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

17 de Fevereiro de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 17 723/2006

O grupo Generg, Gestão e Projectos de Energia, S. A., pretende promover a instalação do Parque Eólico de Farves/Novais, a implementar na serra do Caramulo, no distrito de Viseu, junto à povoação de Carvalhal da Mulher e abrangendo território das freguesias de Guardão e Silvares, no concelho de Tondela, e da freguesia de Alcofra, no concelho de Vouzela, utilizando para o efeito terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional dos concelhos de Tondela e Vouzela, por força, respectivamente, das delimitações constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/95, de 21 de Novembro, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/94, de 6 de Outubro.

Este projecto consiste na implantação de sete aerogeradores, com uma potência unitária de 2 MW, agrupados e interligados a 30 kV, sendo quatro no concelho de Tondela e três no concelho de Vouzela, e uma subestação para ligação deste Parque Eólico a uma subestação localizada no Parque de Fornelo do Monte e desta à subestação de Vouzela, com seguimento para Tondela e Viseu.

Considerando que o projecto se integra na política nacional e comunitária de apoio à produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis;

Considerando o manifesto interesse público do empreendimento, face às reconhecidas vantagens ambientais da utilização de energias renováveis;

Considerando os objectivos nacionais de incentivo à valorização de energias renováveis e as metas assumidas com a União Europeia para o período até 2010, neste âmbito;

Considerando que não está em causa uma situação que envolva riscos para o meio ambiente ou para terceiros;

Considerando que o projecto foi sujeito a estudo de incidências ambientais;

Considerando a decisão favorável relativa ao estudo de incidências ambientais, condicionada ao cumprimento dos condicionamentos nele expressos;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, condicionado ao cumprimento das medidas de minimização propostas na decisão relativa ao estudo de incidências ambientais;

Considerando que a disciplina constante dos Regulamentos dos Planos Directores Municipais de Tondela e Vouzela, ratificados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/94, de 6 de Outubro, e pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/94, de 17 de Junho, respectivamente, não obsta à realização da obra:

Determina-se:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e tendo presente a delegação de competências do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional ao Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, prevista no despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, é reconhecido o interesse público da instalação do Parque Eólico de Farves/Novais a implementar na serra do Caramulo, no distrito de Viseu, junto à povoação de Carvalhal da Mulher e abrangendo território das freguesias de Guardão e Silvares, no concelho de Tondela, e da freguesia de Alcofra, no concelho de Vouzela, com os condicionamentos supra-referidos, o que, a não acontecer, determina a obrigatoriedade de a interessada repor os terrenos no estado em que se encontravam à data imediatamente anterior à da emissão deste despacho, reservando-se ainda o direito de revogação futura do presente acto.

2 de Março de 2006. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 17 724/2006

Pretende a empresa Parque Eólico Zibreiro, L.da — Grupo Enersis, construir o Parque Eólico de Chiqueiro, no extremo sudeste da serra do Açor, abrangendo território do concelho da Pampilhosa da Serra, freguesia de Unhais-o-Velho, utilizando para o efeito terrenos que integram a Reserva Ecológica Nacional, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 15/2002, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 23, de 28 de Janeiro.

O projecto integra-se na política nacional e comunitária de apoio à produção de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis, e visa a produção de energia até uma potência instalada de 4 MW, permitindo uma produção média anual de 10 GWh de origem endógena e renovável.

Considerando o disposto no despacho conjunto dos Ministros da Economia e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente n.º 51/2004 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 26, de 31 de Janeiro de 2004, esta iniciativa reúne os requisitos para obter uma decisão condicionalmente favorável.

Considerando que o projecto foi objecto de um estudo de incidências ambientais, no âmbito do qual foram apontadas condições e medidas adequadas a uma correcta implementação do Parque Eólico, com minimização de impactos sobre as áreas a intervir e a recuperação e restabelecimento das condições de equilíbrio biofísico das áreas interveniadas, garantindo-se assim que fica salvaguardada a prevenção de fenómenos erosivos, bem como de contaminação de solos e dos recursos hídricos e a manutenção da funcionalidade natural e biofísica das áreas afectadas;

Considerando, por fim, que na execução do projecto o Grupo Enersis deverá dar cumprimento aos condicionamentos expressos no parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, designadamente:

1 — Encontrando-se o projecto em fase de estudo prévio, antes de qualquer intervenção deve ser apresentado o projecto de execução com:

Layout definitivo do PE (à escala 1:5000), com optimização do número de aerogeradores e demais infra-estruturas e com definição